

HABEAS CORPUS Nº 548.613 - SP (2019/0357010-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GURKHA ROMANO MENEZES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GURKHA ROMANO MENEZES, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2205753-56.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no artigo 33, combinado com o artigo 40, inciso III, ambos da Lei n. 11.343/06.

Nesta via, sustenta a impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, porquanto teria sido determinada com base na gravidade abstrata e na hediondez do delito que lhe foi assestado.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes e com residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente. E, no mérito, seja reconhecido seu direito de responder o processo em liberdade.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 56-63):

"Não poderia deixar de anotar que, independente da discussão quanto a qual lei aplicar, a concessão de liberdade provisória para crimes hediondos e equiparados é vedada, também, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal.

E, consoante verificado dos autos, na espécie, a medida foi decretada, adequadamente motivada, para a garantia da ordem pública (fls. 24/26), concluindo-se, portanto, que, independentemente do entendimento acima colocado, a

presença de requisitos legais a legitimava, especialmente pelos elementos concretos dos fatos que exacerbavam sua gravidade, com destaque para apreensão de expressiva quantidade (e variedade) de entorpecente, de alto poder deletério, ainda mais considerado o número de porções individuais (110 (cento e dez) “microtubos” de “cocaína”, 41 (quarenta e uma) porções de “maconha”, 15 (quinze) pedras de “crack” e 10 (dez) comprimidos de ecstasy”), sendo que o paciente foi surpreendido, por policiais militares, próximo a um campo de futebol, com aquela grande quantidade de entorpecentes, além de uma quantia em dinheiro, indicando, pelo existente, dedicação ao odioso comércio (inclusive admitida quando da dedicação) destacada, assim, sua periculosidade, com a disseminação do vício, daí que necessária e adequada, na espécie, a medida cautelar imposta, nenhuma outra medida, menos rigorosa, surgindo suficiente para tanto. No mais, a gravidade do delito de tráfico de drogas, considerando ainda os efeitos que causa à sociedade, per si só, justifica a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, ainda mais no verificado concretamente.

[...]

Presentes, pois, o “fumus commissi delicti” (fumaça possibilidade da ocorrência de delito) e o “periculum libertatis” (perigo que decorre da liberdade do acusado).

Descabida a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, quer por se mostrarem insuficientes e inadequadas para a finalidade pretendida, quer por se tratar de réu denunciado por crime equiparado a hediondo, punido com pena máxima superior a quatro anos, nos termos do art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, com a redação alterada pela Lei nº 12.403/2011.

No mais, os atributos de ser primário, possuir residência fixa e ocupação lícita, per si só, não são elementos aptos a afastar a decretação da prisão preventiva quando presentes os demais requisitos (STF “Habeas Corpus” nº 84.341 MT, Segunda Câmara, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 04/03/2005, v.u.). No entanto, suas ausências podem servir de subsídio para embasar a decretação da prisão cautelar.

[...]

Sem vislumbrar, portanto, abuso ou ilegalidade corrigível

Superior Tribunal de Justiça

*por “habeas corpus”, não há como acolher o pleito.
Do exposto, pelo meu voto, **DENEGO a ordem.**”*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator